

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE
RENDA ADOTADAS EM PROPRIEDADES FAMILIARES DO
DISTRITO DE ARROIO GRANDE - SANTA MARIA/RS**

JOEL ALBINO RABAIOLLI, LILIAN HAHAN MARIANO DA ROCHA & VERA MARIA FAVILA MIORIN

Boletim Gaúcho de Geografia, v. 42, n.2: 628-648, maio, 2015.

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/53765/34040>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 2015.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE RENDA ADOTADAS EM PROPRIEDADES FAMILIARES DO DISTRITO DE ARROIO GRANDE - SANTA MARIA(RS)

JOEL ALBINO RABAIOLLI¹

LILIAN HAHAN MARIANO DA ROCHA²

VERA MARIA FAVILA MIORIN³

RESUMO

A presente pesquisa analisa transformações do setor agrícola de Santa Maria – RS e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico, tendo como objetivo principal estudar, avaliar e interpretar estas transformações que representam a categoria sócio espacial denominada meio rural. Tais alterações são focadas na óptica da multifuncionalidade das propriedades familiares do meio rural. Mesmo apresentando dificuldades de acesso, ausência de serviços de saúde, educação, emprego, salário e “desconforto” de vida, as expectativas sinalizam para novos papéis com importância no contexto do desenvolvimento contemporâneo para o meio rural. Para evitar a evasão do campo e o eminente colapso no abastecimento interno, o Estado brasileiro ampliou políticas de recuperação e promoção das pequenas propriedades no meio rural, apoiando as múltiplas funções e a exploração dos saberes culturais nas atividades produtivas. Conclui-se que é ampla a abrangência das atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas no meio rural variando suas funções.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Multifuncionalidade; Meio rural; Propriedades familiares.

INTRODUÇÃO

A dificuldade no emprego de tecnologias é uma realidade vivenciada em propriedades de produção de pequeno porte (Lamarche, 1993, p.15), seja por problemas financeiros ou pelas características das propriedades, este é um dos fatores que diferenciam o modo de produção da agricultura familiar dos demais modos de produção voltados especificamente para o mercado interno e/ou externo. A busca por novas oportunidades para a manutenção das pequenas propriedades, obtenção de trabalho, renda e condições adequadas de vida resultam nas dinâmicas promovidas e atuantes no meio rural.

1 Graduado em Geografia Licenciatura e Bacharelado, Mestre em Geografia e Geociências, Aluno de doutorado do PPGGeo/UFSM. E-mail: joelrabioli@gmail.com.

2 Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Departamento de Geociências.

3 Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Geografia.

O desenvolvimento rural nas áreas de predomínio da agricultura familiar advém das ações instituídas na busca da sobrevivência familiar, possibilitando, desta forma, alternativas para os ganhos econômicos. As ações estabelecidas resultam em ofertas de produtos *in natura* ou transformados e também na prestação de serviços no meio rural para atender a população urbana.

Essas formas de produção instituídas nas unidades, até então, meramente agrícolas com exploração familiar, diversificam o sistema produtivo e colocam no mercado uma variedade significativa de produtos que se definem por sua qualidade, sabores, diversidade de produção e se caracterizam como um retorno às antigas formas de produzir, partindo dos saberes culturais inerentes aos diversos grupos sociais.

Deve-se levar em conta que a maioria das unidades de produção familiar localiza-se em paisagens únicas contendo uma tradição no modo de vida e de produção, permitindo que se explorem, também, estas qualidades paisagísticas e culturais em um momento que a sociedade busca a paz, o sossego, o bem estar, o ar puro e, principalmente, o contato com a natureza, constituindo o que alguns denominam de capital social e natural.

Devido a esse conjunto de elementos, entende-se que a procura destas particularidades específicas do meio rural tem permitido o retorno do homem ao campo para desfrutar a curto, médio ou longo prazo, destes ambientes aprazíveis. A valorização do capital social, comum a grupos de agricultores familiares, promove novas formas incentivadoras de produção e, conseqüentemente, de oferta de novos produtos e de desenvolvimento do meio rural em que estão localizados, promovendo, inclusive, a sustentação das pequenas propriedades.

Diante das características assumidas, social e economicamente, pela agricultura familiar, desponta o interesse da ciência geográfica em desvendar as estratégias e atividades que reorganizam o meio rural em novas relações permitindo aos pequenos produtores oportunidades de geração de renda.

A proximidade entre o meio rural e o urbano é reconhecida e denominada pelo termo *continuum*, quando não há nítida transição. Isto se aplica a alguns dos distritos de Santa Maria, como Arroio Grande, São Valentim e Boca do Monte, uma vez que é imperceptível, na prática, a visualidade do limite do que constitui o urbano em relação ao que constitui o rural. Reforçando esta percepção da transição, Silva escreve:

[...] está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas o tema que aparentemente poderia ser relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, do outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural (Silva, 1999, p.1).

Em determinadas áreas é imperceptível o limite do que constitui o urbano em relação ao que constitui o rural, como é o caso do Município de Santa Maria em seu distrito de Arroio Grande. Assim, permitindo denominar de relações campo-cidade ou cidade-campo os estudos desenvolvidos nestas áreas limítrofes, embora seja difícil estabelecer uma metodologia compatível com uma análise de relações complexas envolvendo ao mesmo tempo espacialidades com dinâmicas distintas.

Igualmente deve-se considerar a importância de estudos desta natureza que podem esclarecer e explicar relações socioeconômicas de uma realidade onde existem intensas interações cidade-campo. Estes estudos, também servem para identificar a realidade socioeconômica e cultural de certas espacialidades geográficas. Consequentemente, a estas explicações, este trabalho se propõe a alcançar a compreensão de que o processo de globalização é um dos fatores de aceleração das mudanças tanto no espaço rural como no urbano e, que novos caminhos e alternativas são buscados pelos agricultores familiares para obter renda. Assim, cabe estudar estes espaços peculiares as alterações ocorridas em suas espacialidades, ou seja, em seu *continuum* e que possuem especial significado para os estudos geográficos no que se refere às transformações espaciais e à dinâmica de sua complexidade.

Seguindo esta linha de entendimento, propôs-se como objetivo principal: identificar as estratégias de desenvolvimento e de geração de renda adotadas nas propriedades familiares do distrito de Arroio Grande em Santa Maria/RS.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O atual desempenho da produção de pequeno porte e trabalho familiar no Brasil, considerando-se que a ocupação colonial, assumiu o caráter exploratório da terra segundo o modo capitalista de produção e, este modo foi determinante na formação do setor agrícola, como também das relações sociais de produção, do mercado e do modo de vida.

De acordo com essas condições, o modelo agrícola produtivista instalou-se de forma definitiva, adequando-se ao modo de produção conforme os interesses do capital. O acesso limitado e as consequências da modernização agrícola originaram diversos questionamentos, contestações e críticas sobre esta nova forma de desenvolvimento.

As preocupações surgidas devido à utilização dos recursos naturais criaram o pensamento de preservação do indivíduo “agricultor familiar”, como categoria social dotada de conhecimentos e saberes, que mais tarde resgatou as formas de vida saudáveis e sustentáveis. O conhecimento de determinados grupos sociais, no meio rural, permitiu o alcance de uma construção social do espaço, se diferenciando, em suas ações, daquela estrutura atuante nas áreas, determinadas pelo modelo de modernização da agricultura. A disseminação das ideias de vida saudável e sustentável se difundiu por meio da troca de informações entre os grupos sociais de agricultores. Conforme coloca Sabourin (2001), nos locais de produção agrícola, caracterizados pela pequena propriedade, ocorre a construção de espa-

ços sociais dotados de nível técnico, nos quais há troca de informações, bem como de práticas da produção agrícola relacionadas ao cotidiano produtivo, comércio ou mesmo de cunho sociocultural.

Os saberes locais da população se destacam pelas ações que envolvem os seus elementos constituintes, tendo sua importância relacionada à influência nas decisões referentes ao sistema produtivo local, onde há uma constante interação dos saberes técnicos destes agricultores resultando em uma caracterização própria do espaço. Acrescentam-se as ideias, à necessidade de preservação ambiental por meio do desenvolvimento de uma agricultura denominada sustentável que contraria as práticas agrícolas baseadas no paradigma da Revolução Verde, onde o agricultor apenas executava as atividades, não sendo o gestor do processo de trabalho. Em decorrência desta linha de entendimento, pressupõe-se a externalização dotada de aprimoramento científico de seus saberes referentes à produção, conforme coloca Van Der Ploeg (1992).

Desse modo, novos caminhos se desenvolvem com perspectivas de evolução social e econômica do meio rural, destituindo a oposição formada sobre a descontinuidade entre o rural e o urbano (campo - cidade). Os estudos, em seu avanço, mostram que, assim como o urbano, o rural tem características próprias e marcantes, mas em nenhum momento ligam-no a um cenário de atraso ou de escassez, pois estas especificidades atribuem valor ao meio rural ao mesmo tempo em que o distinguem do urbano. O modo de ser dos habitantes do meio rural passa a ser entendido, a partir do final do século XX, como parte definidora deste espaço onde a agricultura influencia na organização social, marcando esta espacialidade por uma desconcentrada densidade demográfica, guardando uma forte e específica relação com a natureza, como é referido em Carneiro et al. (2012).

Portanto, em referência as especificidades das espacialidades rurais se relacionarem mais intensamente com a natureza, isto deve-se a presença de alguns elementos fundamentais que favorecem estes contatos dos habitantes locais com o meio natural de maneira mais intensa e imediata, quando comparado com as relações dos habitantes dos centros urbanos. Contribui para estas relações outros elementos importantes como a presença de áreas não densamente povoadas, onde não há a influência direta das cidades, mas apenas a representação junto a produção rural, de alguma das economias urbanas, como, por exemplo, cooperativas, laticínio ou frigorífico e, até mesmo, agências bancárias.

No Brasil, mais de 2/3 da população vive em áreas urbanas, conforme coloca Carneiro et al. (2012), porém esta não é a realidade dos pequenos municípios, onde se evidencia um maior número de habitantes na área rural em relação ao urbano. Segundo a autora, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo IBGE, expôs que a população rural brasileira retomou seu crescimento a partir da segunda metade da década de 90, com uma taxa anual de 1,1%, sendo que o crescimento total da população foi de 1,3% ao ano, podendo se evidenciar o marco inicial do processo de retorno da população ao campo, mesmo que de forma singela.

Para Carneiro et al. (2012), o crescimento populacional nas áreas rurais pode estar ligado ao aumento da capacidade produtiva das indústrias urbanas que utilizam menos mão de obra, devido ao emprego de tecnologias que melhoraram a eficiência e diminuíram os custos com a produção, obrigando a população, que esteve direta ou indiretamente ligada ao êxodo rural, com menos preparação técnica a atender as necessidades do mercado, a voltar ao campo. Por outro lado, diferente de Carneiro et al. (2012), acredita-se que a volta ao campo se deve às novas perspectivas de produção baseadas não apenas nas atividades agrícolas, mas no incremento de atividades não agrícolas, capazes de aumentar a renda familiar e de oferecer um modo de vida saudável que a cidade perdeu.

No denominado Novo Rural, o agricultor e sua família assumem papéis diferenciados, modificando a estrutura produtiva que antes estava calcada apenas em atividades agropastoris, no que concerne à produção. Silva (1997) concorda que a presença característica do homem no meio rural se deve às novas formas de trabalho. Ele não é mais apenas um agricultor ou um pecuarista, agora há uma combinação de atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, que se desenvolvem não somente na propriedade, mas também fora dela, seja nos ramos tradicionais da indústria ou em novas atividades que vêm ganhando espaço no meio rural como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais, entre outras. Com isto, deduz-se que o perfil do setor rural deve ser analisado segundo a produção, circulação e consumo.

Nesse Novo Rural brasileiro, como defende o autor, o produtor assume papéis diversos, mas sempre relacionados à capacidade produtiva de sua unidade de produção e obedecendo à disponibilidade da força de trabalho familiar. De acordo com este modelo de produção, o agricultor, além de suas antigas tarefas, passa a exercer também a função de empreendedor, destinando apenas uma parcela de seu tempo de trabalho às atividades produtivas agrícolas, o chamado *part-time farmer*, que se pode traduzir como “agricultor em tempo parcial”. A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas retrata uma nova realidade no campo, ainda que algumas destas tenham sido desenvolvidas em períodos anteriores, até mesmo por camponeses.

Em Schneider (1999), observa-se o uso da terminologia pluriatividade como um conceito que procura analisar a unidade de produção e reprodução, mas que nem sempre estaria baseada apenas nas atividades agrícolas e pastoris, e sim na incorporação de outras atividades envolvendo os membros da família, porém voltados ao aumento de renda. Esta conceituação também induz que o termo pluriatividade contém o entendimento de aumento de renda devido à diversidade de atividades que ocupam, muitas vezes, as horas de ócio. Buscando harmonizar esta terminologia com as atividades existentes no meio rural, observa-se que elas remetem à presença de um fenômeno no qual os componentes de uma unidade produtiva familiar executam diversas atividades no objetivo de obter renda.

Estas atividades tanto podem ser desenvolvidas no interior como no exterior da própria exploração agrícola. Podendo ser inserido neste entendimento tanto

a prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração, industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva, que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade ou em seu entorno. Estes termos também são reforçados por Anjos (2003). Para este autor a pluriatividade não é um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de agregação de outras atividades àquelas agropastoris existentes.

Deve-se considerar que, no entendimento dessa terminologia, está implícita a correspondência, bem como sua sincronia, com a dinâmica da economia, em geral contida no marco da profunda diversificação e da reestruturação inerente ao modo de produção capitalista. Por outro lado, as pequenas unidades de produção familiar desenvolvendo, geralmente, uma produção agrícola, utilizando-se da força de trabalho familiar acrescentou e modificou suas atividades exercendo mais funções, ao vislumbrar os interesses da população urbana, saturada por atividades corriqueiras e procurando novas formas de usufruir da espacialidade geográfica abrangida pelo meio rural que lhe é imediato.

Na sequência do raciocínio acima desenvolvido, pode-se dizer que a pluriatividade no meio rural também decorre do resgate daqueles valores histórico-culturais, no momento em que se buscava uma produção mais sustentável aos produtores familiares que eram proprietários de pequenas áreas e carentes de renda para o sustento e manutenção familiar. Estas novas atividades contavam com o auxílio dos membros da família, mas, inicialmente, eles não acreditavam no interesse que o mercado urbano teria por este tipo de produtos que o rural lhes oferecia. Ao se aliar o social ao econômico na tentativa de diversificar, houve a conquista de mercados alcançando qualidade de vida, preservando os recursos naturais e obtendo renda suficiente às famílias que vivem neste rural. Destaca-se que as novas atividades e o resgate das antigas tradições potencializam o rural permitindo que ele alcance evidência na reconstrução de novos espaços de vida social.

Na visão de Abramovay (2000), o rural não pode mais ser confundido como a base geográfica do setor econômico, nem como o resíduo daquilo que não pertence às cidades, mas sim como algo que guarda suas especificidades e que é capaz de contribuir de forma infinita para uma proposta mais ampla de desenvolvimento sustentável. Deste modo, destaca-se a importante contribuição de Silva (1999) ao enfatizar que o rural tende, cada vez mais, a se distanciar da concepção de local ou lugar de desenvolvimento unicamente de atividades agrícolas ou de criatório, pois não se pode mais caracterizar o meio rural brasileiro por atividades simplificadas.

Nesse novo espaço, a dinâmica de suas transformações é determinada pela presença do capital social, entendido como reserva de saberes culturais do lugar, que contribui com o aperfeiçoamento da sociedade e serve de alicerce às ideias de busca da qualidade de vida. Ferreira (2002) coloca que o bem estar, antes tão pouco valorizado, agora serve como fonte principal de renda ou como renda adicional ao produtor rural e sua família.

Comparando-se as atividades da agricultura, da indústria e do comércio ob-

serva-se que elas se constituem em setores econômicos capazes de sugerir a criação de terminologias que definem sua própria espacialidade de desenvolvimento. Neste caso, as atividades da agricultura, bem como seu conjunto composto pela agropecuária, silvicultura e extrativismo, envolvendo o trabalho humano e definindo o modo de vida da sociedade local, constitui no que pode ser denominado de ruralidade.

Entende-se que as ruralidades são compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades dos indivíduos e grupos sociais, conforme coloca Candiottto et al. (2008). Para o autor, a formação de ruralidades é um fenômeno mundial, resultante da presença de arranjos caracterizadores do capital social e identificadores do desenvolvimento rural. A partir das ideias do autor entende-se que a presença de ruralidades pode identificar uma escala variável de funcionalidades, como, por exemplo, artesanatos provenientes de saberes tradicionais. Estas, por sua vez, podem ser identificadas como as novas funções que surgem no meio rural alterando suas estruturas.

O que nos permite falar em ruralidades são as articulações que se estabelecem entre as noções de rural e de identidade social, ambiental e econômica como, por exemplo, as relações específicas dos habitantes do campo com a natureza em sua comunicação direta, conforme coloca Moreira (2005). Podem-se acrescentar as condições de produção e de reprodução do grupo socioeconômico, ou seja, a harmonia entre sociedade – natureza – produção econômica.

Atualmente, os estudos sobre as ruralidades surgem como forma de compreender e explicar novas funções assumidas pelas espacialidades rurais, as quais alteram suas paisagens ao acrescentar-lhes novas funções, principalmente nas áreas de domínio da pequena propriedade de agricultura familiar. Neste entendimento, considera-se a ligação da terminologia rural a outros temas relevantes como, por exemplo, segurança alimentar, qualidade dos alimentos, proteção do meio ambiente, valorização dos diferentes tipos de espacialidades e a geração de oportunidades de emprego, de renda e lazer. Cazella et al. (1999), entendem que o conjunto destas ações chama-se multifuncionalidade do meio rural.

Partindo da análise da constituição das ruralidades e do desenvolvimento rural, procura-se alcançar o entendimento da multifuncionalidade. Para tanto, deve-se firmar os entendimentos sobre desenvolvimento rural como base para que se alcance o melhor conceito de multifuncionalidade. Dentre as discussões sobre desenvolvimento rural pode-se destacar algumas contribuições dadas por autores que têm se dedicado ao seu estudo, como é o caso de Veiga (2001) que entende desenvolvimento rural como um processo sistêmico, a partir do qual a economia tem a possibilidade de, ao mesmo tempo, crescer, reduzir desigualdades e ainda preservar o meio ambiente.

Esse autor, de acordo com a visão econômica, indica como elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural a valorização e fortalecimento das atividades e da própria unidade de produção familiar, a diversificação das economias espaciais, o estímulo ao empreendedorismo local e o apoio estatal, principalmente, para a formação de arranjos institucionais.

Por sua vez, Silva (2001) compreende que o desenvolvimento rural não pode ocorrer por meio de uma noção reducionista, pois o verdadeiro desenvolvimento só se efetiva através da criação de novas oportunidades, com ampla abrangência. Portanto, sua concepção está relacionada a diversos fatores, os quais possuem desdobramentos e requerem distintas análises, sem generalizações que possam intervir na tradicional abordagem dicotômica de rural-urbano ou campo-cidade.

Os autores, em seus entendimentos, chamam a atenção para alguns elementos que servem como base para a compreensão do desenvolvimento rural, por exemplo, Veiga (2001) relaciona o desenvolvimento rural à diversificação produtiva e a pluriatividade, pelo aumento da produtividade. Conforme Silva (2001), o termo desenvolvimento rural não pode, simplesmente, ser associado à diversificação produtiva como forma de inclusão do agricultor familiar. Contudo, Veiga e Silva concordam que o essencial para uma estratégia de desenvolvimento para as áreas rurais (e também para as urbanas) deve estar relacionado ao combate à pobreza por meio da criação de novas oportunidades e não simplesmente por meio das políticas compensatórias.

De acordo com a compreensão dos autores, é possível entender que a transformação social se constitui na essência do desenvolvimento e estratégia necessária para permitir aos pobres deste país a condição de cidadãos, independente de viverem no urbano ou no rural. Ao se tratar de desenvolvimento rural se enfatiza os excluídos, social e economicamente, objetivando, no planejamento e nas políticas públicas, a sua inclusão.

Segundo Silva e Del Grossi (2000), analisando, no final do século XX, a situação dos agricultores familiares e suas condições de permanência no campo, foi a queda da rentabilidade agrícola que os levou a dependerem, cada vez mais, de rendas não agrícolas e das transferências sociais (pensões e aposentadorias) para sobreviverem. Este fenômeno de queda da rentabilidade ocorreu devido à diminuição dos preços dos produtos agropecuários, bem como a elevação dos custos do trabalho, do crédito rural e da redução do ritmo de inovação no setor agropecuário. Consideram ainda que, este fenômeno também provocou impactos na riqueza do setor, sendo percebido na diminuição do preço da terra, a qual, até então, era tradicional objeto de reserva de valor dos proprietários rurais.

Silva (2001) reforça a questão da pobreza como grande problema para o processo de desenvolvimento por drenar os recursos com gastos em bens de consumo, pois estes possuem pouca influência na geração de emprego e renda local, além de limitar os mercados locais em função do baixo nível per capita da maioria da população. Portanto, a ideia de desenvolvimento rural é que os habitantes do meio rural sejam considerados cidadãos sem precisar ir morar na cidade. São necessários infraestruturas e serviços que assegurem à população residente as mesmas condições de vida que poderiam ser encontradas nas cidades.

A baixa densidade populacional de algumas áreas, aos olhos governamentais, não permite que se justifique a disponibilização de serviços fundamentais de educação e saúde, entre outros. Estas áreas não podem ser vistas com discriminação e

preconceito, não se trata de um espaço separado e sem importância, mas sim de uma continuidade espacial do urbano e do próprio rural desenvolvido. O fato de haver maior concentração populacional em algumas espacialidades não é sinônimo de desenvolvimento, geralmente é o resultado da formação histórica do processo de colonização aliado às condições de uso agropecuário do solo na região.

No espaço rural se desenvolvem funções produtivas, de preservação do meio ambiente, da cultura, de espaço de moradia, de lazer, de localização de unidades fabris ou de serviços, gerando empregos não agrícolas. A estas mudanças de funções decorrem, nos últimos tempos, análises e reflexões que procuram entender, para então explicar, as alterações do meio rural no que concerne à perspectiva de sua multifuncionalidade.

Bianchini (2001) procura mostrar a importância das pessoas poderem participar plenamente das decisões e processos que afetem suas vidas, por meio de estruturas apropriadas, entendendo assim o valor que a multifuncionalidade pode exercer para o desenvolvimento das famílias locais no rural.

Entende-se que o desenvolvimento rural é um conceito espacial e multisetorial e a agricultura faz parte dele. Contudo, esse conceito repousa sobre três grandes funções indissociáveis: a função de produzir bens e serviços (econômica), a função de gestão do meio ambiente (função ecológica) e a função de ator do mundo rural (função social). Essa multifuncionalidade da agricultura provém do fato de que os sistemas agrícolas estão em interação permanente com os ecossistemas contíguos e com a sociedade humana pelo mercado e pelas relações de proximidade.

As múltiplas funções desenvolvidas pelos agricultores familiares, bem como dos demais atores sociais que atuam no meio rural, passam a ter relevância e a serem percebidas como algo moderno e adequado aos novos tempos da valorização do rural. Conforme Hervieu (1997), a agricultura deve ser entendida como uma profissão, assim como as demais, e os agricultores devem buscar alternativas capazes de assegurar seu espaço, restabelecendo os vínculos com uma produção sustentável que preserva a biodiversidade. Portanto, destaca-se o importante papel da produção de caráter multifuncional, a ser desenvolvido no meio rural, que é capaz de influenciar positivamente a sociedade por meio de suas funções que vão além do binômio agropecuário.

Para Carneiro e Maluf (2003) a noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia as funções sociais conferidas à agricultura, deixando de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas para se tornar responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A abordagem metodológica de uma investigação deve alcançar os objetivos e considerar que a ciência se apresenta verificável e falível. Quando testada há possibilidade de demonstrar a veracidade de suas informações porque cada método, como cada técnica aplicada, sem o devido conhecimento de seus limites pode apre-

sentar resultados distintos conforme o objeto investigado. Para atender aos anseios da pesquisa foram investigados métodos que melhor permitissem a compreensão da espacialidade em estudo, optando-se pela utilização de dois métodos, quantitativo e qualitativo, ou seja, utilizando-se uma abordagem de métodos mistos.

Entende-se que o uso de mais de um método possibilita melhorias no desenvolvimento da pesquisa, no que se refere ao levantamento e tratamento das informações obtidas. Para tanto, recorreu-se às adaptações metodológicas necessárias permitindo o aprofundamento das análises e de suas possíveis correlações. Conforme Creswell (2010), a utilização de métodos mistos permite coletar os dados simultaneamente ou de forma distinta, conforme a necessidade das informações. As conexões dos dados ocorrem em diferentes fases da pesquisa podendo ser realizadas durante a coleta, na análise ou na interpretação. Optou-se pela estratégia de triangulação concomitante, na qual o levantamento dos dados quantitativos e qualitativos ocorre simultaneamente, após realiza-se a comparação dos dados, a fim de determinar se existe convergências, diferenças ou alguma combinação dos resultados.

Atendendo às colocações de Becker (1994), para realizar uma investigação científica pressupõe-se a necessidade de conhecimentos prévios e uma metodologia adequada ao problema a ser investigado. Por mais simples que as pretensões pareçam, o estudo deve ser norteado por um arcabouço teórico.

Aplica-se o método quantitativo nesta pesquisa, pois como afirma Richardson (2008), ele é amplamente utilizado na condução dos trabalhos procurando garantir a precisão dos resultados e explicar a realidade de uma determinada área. As informações quantitativas podem ser aferidas, determinando assim sua legitimidade e dando relevância aos resultados apresentados.

Conforme Luna (1999), a pesquisa bibliográfica refere-se a um apanhado sobre os trabalhos científicos que já foram realizados sobre o tema de interesse e que oferecem informações relevantes. O levantamento bibliográfico torna-se importante quando os estudos são baseados no uso de informações quali-quantitativas adquiridas em pesquisa de campo, bem como aquelas inteiramente baseadas em documentos oficiais.

As estatísticas apresentadas pelos órgãos oficiais, segundo a Organização das Nações Unidas, representam um elemento indispensável para o sistema de informação da sociedade, oferecendo dados sobre a situação econômica, demográfica, social e ambiental. Os órgãos oficiais de estatística reúnem e disponibilizam de forma imparcial, estatísticas de utilidade prática comprovada, permitindo, desta forma, o acesso à informação pública.

A observação em campo e o reconhecimento da área de estudo é uma forma de coleta de informações, como reconhece Lakatos et al. (1996). No primeiro contato é possível identificar e obter provas a respeito dos objetivos, que em muitos casos, mesmo inconscientemente, refletem a orientação do comportamento espacial. Neste momento há o contato direto do pesquisador com a realidade estudada, onde é possível registrar fatos da realidade sem a necessidade de meios técnicos especiais.

Por outro lado, a utilização do método qualitativo contribui para a aquisição de informações peculiares. Richardson (2008) coloca que a utilização deste método é adequada por explicar fenômenos relacionados ao social, econômico, histórico e cultural, os quais possuem situações dinâmicas e complexas. Minayo (1996) diz que o método qualitativo refere-se à compreensão interpretativa da ação social, ou seja, possibilita a obtenção das características e visualização dos limites de cada ator social envolvido. Deste modo, o método é de fundamental importância para o desenvolvimento de uma pesquisa, conforme Nogueira (1968, p.73) o método possibilita:

a) formular questões ou propor problemas; b) efetuar observações; c) registrar tão cuidadosamente quanto possível as observações feitas com o fim de responder as perguntas formuladas ou resolver os problemas propostos e de rever conclusões, ideias e opiniões anteriores que estejam em desacordo com as observações e as respostas resultantes.

Na realização de pesquisas científicas não há um modelo peculiar de trabalho a ser desenvolvido, o que existe é uma diversidade de métodos possíveis de serem aplicados. Neste sentido, além das metodologias quantitativas, as qualitativas também são utilizadas, especialmente em estudos das ações sociais.

Alguns autores como Mayring (2002) apresentam seis delineamentos da pesquisa qualitativa: estudo de caso, análise de documentos, pesquisa-ação, pesquisa de campo, experimento qualitativo e avaliação qualitativa. Estes delineamentos se explicam na pesquisa qualitativa quando ela se caracteriza por um espectro de métodos e técnicas, adaptados às suas especificidades, ao invés de um método padronizado único. Ressalta-se que houve adequação do método ao objetivo desta pesquisa.

Ainda analisando o uso do método qualitativo deve-se fazer referência à Minayo (1996) que recomenda sua utilização para atender objetivos voltados a determinados significados, motivações, valores e crenças. Informações estas que não são possíveis de serem obtidas somente com questões quantitativas, pois respondem a elementos particulares permitindo ocorrer complementaridade de dados qualitativos aos quantitativos na pesquisa.

É possível afirmar, portanto, que as informações qualitativas objetivam, acima de tudo, compreender o espaço em estudo. Este entendimento ocorre por meio da identificação de detalhes, particularidades, símbolos e, também, na percepção expressa de diversas formas resultando em configurações singulares que marcam as espacialidades. Enfatiza-se que ao empregar dois métodos dificilmente haverá uma equivalência em sua utilização, geralmente ocorre o predomínio de um deles, porém é na análise comparativa dos dados obtidos que se esclarecem as transformações espaciais.

O processo de desenvolvimento da pesquisa ocorreu conforme o planejamento de obtenção das informações. A coleta de dados quantitativos teve como

objetivo identificar a produção e o tamanho das propriedades de Santa Maria. Tais informações foram obtidas junto às instituições públicas – prefeitura Municipal e subprefeituras distritais, órgãos governamentais como FEE e IBGE.

Os dados qualitativos foram coletados em trabalho de campo realizado nos distritos do Município com predominância da agricultura familiar, sendo eles, portanto, agricultores familiares. Por meio de entrevistas abertas obtiveram-se informações qualitativas.

Na realização do trabalho recorreu-se ao levantamento das atividades agrícolas e não agrícolas presentes nas propriedades familiares por meio de estudos teóricos, de campo e visitas às propriedades, identificando suas relações de mercado, prestação de serviços e alterações existentes na paisagem rural procurando analisar e interpretar a presença das novas atividades geradoras de renda no meio rural.

Por fim, as conclusões destacam os produtos resultantes das atividades agrícolas e não agrícolas, as atividades desenvolvidas pelos produtores familiares e as transformações resultantes das novas ações, que chegam ao meio rural, impostas pelas dinâmicas estabelecidas pelas relações campo/cidade no que tange à oferta nos mercados de consumo, à prestação de serviços e de lazer, turismo e gastronomia.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA E DO DISTRITO DE ARROIO GRANDE

O município de Santa Maria está localizado no centro do Estado do Rio Grande do Sul e se destaca por ser um polo regional, contendo uma população de 261.031 habitantes, distribuídos em 1779 Km² (IBGE, 2010). De acordo com a Fundação de Economia do Estado do Rio Grande do Sul (FEE, 2010) em torno de 248.347 habitantes vivem no meio urbano, junto à sede municipal, e 12.684 habitantes no meio rural, distribuídos nos distritos de São Valentim, Pains, Arroio Grande, Arroio do Só, Passo do Verde, Boca do Monte, Palma, Santa Flora e Santo Antônio

As características apresentadas pelo município de Santa Maria seguem a lógica do estado do Rio Grande do Sul que tem sua economia sustentada por uma sólida atividade agropastoril de modo que no ano de 2006 o Estado possuía, segundo o Censo do IBGE, 441.472 estabelecimentos agropecuários. Destes, 378.543 foram classificados pelo Censo como familiares, ocupando seis milhões de hectares, onde o valor da produção superou nove bilhões de reais.

O distrito de Arroio Grande possui uma área de 130,71 km², com população considerada rural, segundo o IBGE (2010), de 2374 habitantes equivalendo a 87,86% de sua população e a partir deste percentual considera-se que menos de 13% da população reside na sede distrital. Trata-se de uma população de descendência italiana, oriunda da fase de formação da Quarta Colônia de Imigração Italiana criada em 1877 com a denominação de Colônia Silveira Martins. Devido a esta origem colonial, as propriedades são de pequena extensão com produção intensiva, predominando a horticultura e a criação de peixes, além de atividades agrícolas, destacando-se a produção do arroz e as atividades não agrícolas que abastecem a demanda do município.

RESULTADOS

Considerando-se os objetivos da pesquisa, de acordo com o aporte teórico metodológico adotado e dos procedimentos efetuados na investigação, são apresentados os resultados que contribuíram para a conclusão a respeito dos objetivos.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUANTITATIVAS A RESPEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

Entende-se que o meio rural se caracteriza por ser um sistema complexo composto por subsistemas que podem ser identificados e se caracterizam pela existência da relação de complementaridade e dependência entre os sistemas que compõem o sistema único, como Morin (1990) defende. Santos (1988) argumenta que quanto maior for o grau de modernização da atividade agrícola mais amplas são as suas relações e mais longínquo o seu alcance.

As informações quantitativas foram fornecidas pela agência do IBGE de Santa Maria, porém tais informações não mostram a realidade de cada distrito, pois tratam do município como um todo. Diante das informações obtidas observou-se que a distribuição da área dos estabelecimentos é predominante no grupo com cinco a menos de 100 há, ou seja, os quais são caracterizados como de desenvolvimento da agricultura familiar. Desse modo, considera-se a relevância das atividades econômicas da agricultura familiar com ocupação de área significativamente expressiva no município.

Analisando-se as atividades desenvolvidas, observa-se que a horticultura e floricultura tem expressividade na geração de renda nos estabelecimentos de Santa Maria com significativo número de estabelecimentos exercendo estas atividades: o primeiro grupo, com área de 0,5 a menos de quatro hectares, que corresponde a 83 estabelecimentos; o segundo grupo, de cinco a 50 ha, correspondendo a 74 estabelecimentos que exploram a horticultura e a floricultura como atividade econômica, diferentemente do que se pensava sobre a presença destas atividades serem mais desenvolvidas em estabelecimentos com pouca área disponível. Nota-se que a presença de horticultura e floricultura no município de Santa Maria tem sua maior concentração de estabelecimentos de pouca área, mas não nos grupos com menor área. A explicação que se pode dar para isto é a intensa comercialização e procura que estas atividades geram no município envolvendo seus distritos (Tabela 1).

O criatório, denominado de pecuária e criação de outros animais, revela a presença de dois significativos grupos de área em elevado número de estabelecimentos. O primeiro destes grupos é composto por estabelecimentos com área de 0,5 a menos de cinco hectares, correspondendo a um total de 231 estabelecimentos. O segundo grupo com área de cinco a menos de 100 ha corresponde a 730 estabelecimentos ocupados com estas atividades referentes ao criatório. Analisando a presença da pequena propriedade e dos pequenos estabelecimentos, novamente tem-se a repetição da situação da lavoura temporária que apresenta dois grupos dentro da própria atividade de agricultura familiar. Um grupo composto por produtores muito pequenos e outro, pequenos. Neste caso, os produtores muito pequenos possuem área de até cinco hectares (Tabela 2).

Tabela 1: Estabelecimentos com horticultura e floricultura em Santa Maria, RS.

Área do estabelecimento	Nº de estabelecimentos
De 0 a menos de 0,1 ha	3
De 0,1 a menos de 0,2 ha	0
De 0,2 a menos de 0,5 ha	7
De 0,5 a menos de 1 ha	12
De 1 a menos de 2 ha	27
De 2 a menos de 3 há	28
De 3 a menos de 4 há	16
De 4 a menos de 5 há	8
De 5 a menos de 10 ha	27
De 10 a menos de 20 ha	30
De 20 a menos de 50 ha	17
De 50 a menos de 100 ha	8

Fonte dos dados: IBGE (2006)

Tabela 2: Estabelecimentos com pecuária e criação de outros animais em Santa Maria, RS.

Área do estabelecimento	Nº de estabelecimentos
De 0 a menos de 0,1 ha	7
De 0,1 a menos de 0,2 ha	4
De 0,2 a menos de 0,5 ha	2

De 0,5 a menos de 1 há	19
De 1 a menos de 2 há	48
De 2 a menos de 3 há	59
De 3 a menos de 4 há	59
De 4 a menos de 5 há	46
De 5 a menos de 10 há	139
De 10 a menos de 20 há	215
De 20 a menos de 50 há	257
De 50 a menos de 100 há	119

Fonte dos dados: IBGE (2006)

Os demais grupos de estabelecimentos com atividades econômicas ligadas a florestas plantadas, florestas nativas, produção de sementes e aquicultura não têm representatividade no cenário municipal. Pode-se inferir que tais atividades não são desenvolvidas, pois necessitariam de extensa disponibilidade de área para serem economicamente rentáveis. Por outro lado, pode-se afirmar que são atividades não tradicionais no município de Santa Maria.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS DO DISTRITO DE ARROIO GRANDE

Como resultados das visitas no campo para a coleta das informações consideradas de ordem qualitativas permitiram identificar que a distância média dos estabelecimentos do distrito (Arroio Grande) em relação à sede municipal varia de menos de cinco a 25 km de distância, sendo que a maior incidência de estabelecimentos está situada em menos de 10 até 20 km. Quanto ao número de pessoas que compõem os estabelecimentos há uma grande incidência de duas a quatro pessoas. Deste modo, a força de trabalho disponível nos estabelecimentos é pequena, permitindo identificar que ela varia entre duas a três pessoas.

Por outro lado, esta baixa ocupação dos estabelecimentos, quanto ao número de pessoas, permitiu identificar a existência de estabelecimentos sobre imóveis, de certo modo antigos, que datam do período da colonização no sul brasileiro, por descendência os atuais proprietários residem no lugar a um longo período e desenvolvem a mais de 25 anos seus estabelecimentos. Estes indivíduos são

descendentes de imigrantes na sua significativa maioria de origem italiana. Salienta-se que, normalmente, em cada casa dos estabelecimentos há a presença de aposentados, pelo menos uma pessoa ocupa esta condição.

Em sua grande maioria as residências são de alvenaria e possuem de seis a 14 cômodos, sendo que predominam as casas com sete cômodos. Há energia elétrica e água encanada em todas as propriedades, assim como o serviço de telefonia, porém algumas delas possuem apenas telefonia móvel, mas predomina a existência de ambos os serviços, móvel e fixo. O acesso à rede mundial de computadores está presente em grande parte das propriedades.

O acesso das propriedades até as rodovias é diverso e bem desenvolvido no distrito de Arroio Grande. As propriedades são próximas à rodovia principal e, na maior parte dos casos analisados, não ultrapassa a distância de 200 metros, porém, algumas propriedades estão situadas a até 10 km. Nos casos de longa distância as condições de acesso tornam-se difíceis, pois, além de conter aclives e declives, não há pavimentação no acesso e nem nas estradas.

Destaca-se a presença de serviço de transporte coletivo de forma regular. A distância de acesso das propriedades até os pontos de parada dos coletivos varia de 50 metros a dois km, mas, na maior parte dos casos, esta distância não ultrapassa 200 metros. Outra forma de deslocamento dos moradores do meio rural ocorre por meio de veículos particulares presentes em quase todas as propriedades.

A principal estratégia para geração de renda e desenvolvimento das propriedades pôde ser observado por meio da prática de atividades agrícola e não agrícola. São realizadas atividades agrícolas há mais de 50 anos e o mesmo ocorre com as atividades não agrícolas, entre elas existem atividades que foram iniciadas a 50 anos como também outras iniciadas a cinco anos.

Diante dessa variação de tempo de início das atividades, indagou-se sobre a origem da renda constatando-se que a renda principal é proveniente das atividades agrícolas. Quando se buscou caracterizar as atividades geradoras da renda agrícola, foram identificados os produtos hortifrutigranjeiros, o arroz, o milho e o criatório de animais. As atividades agrícolas são desenvolvidas devido à herança familiar, o conhecimento passado de pai para filho e o pelo tamanho da propriedade. As atividades agrícolas também são mencionadas por muitos agricultores familiares por se constituírem em elementos de subsistência direta da família. Embora muitos reconheçam que o retorno da produção agrícola é rápido e outros entendem que a experiência adquirida e a tecnologia disponível na propriedade, como tratores e demais maquinários, incentiva a continuidade da produção. A continuidade das atividades agrícolas deve se manter, pois os produtores desejam continuar com estas ações e, inclusive, muitos pensam em aumentar a área, investir em melhorias e construções que favoreçam a produtividade.

A geração de renda proveniente das atividades não agrícolas é em parte oriunda do processamento da produção agrícola, vinagre e cachaça, e do criatório, queijo, bem como de outras atividades.

Existem outras atividades como prestação de serviços de costura (costurei-

ra), confecção de salgados. Os produtores entendem que estas atividades não agrícolas se destinam ao aumento da renda familiar constituindo, muitas vezes, a própria subsistência familiar e, também, por apreciarem a execução de outras atividades.

Pôde ser observado que os produtores pretendem continuar a execução atividades não agrícolas. Constatou-se também que a transformação artesanal de alguns produtos é comum em mais de 70% dos estabelecimentos, isto ocorre em relação à mandioca, leite, frutas, mel, abóbora, cana-de-açúcar e ovos, entre outros.

A produção agrícola é comercializada no município de Santa Maria, dirigindo-se principalmente para feiras, engenhos, cooperativas, mercados e quitandas. Destaca-se, também, a destinação para merenda escolar. A produção não agrícola e o artesanato são colocados para venda nas feiras, mercados e quitandas, sendo que uma significativa maioria atende às encomendas, que podem ser buscadas nas propriedades ou entregues diretamente ao consumidor. Os produtos transformados e o artesanato têm boa aceitação pelo público e muitos deles têm reconhecimento regional como, por exemplo, o artesanato em couro e em palha.

A avaliação do preço final do produto, seja ele oriundo das atividades agrícola, não agrícola e artesanal, resulta de alguns elementos como: valor da matéria prima, trabalho, tempo de trabalho e valor de mercado, identificando-se assim que os agricultores familiares são bem informados e valorizam suas atividades. Uma alternativa expressiva de obtenção de renda para as propriedades familiares do distrito refere-se ao fluxo cidade/campo ocorre durante os finais de semana, procurando lazer no campo e nos balneários, bem como a gastronomia diferenciada, as cantinas e os cafés coloniais que o distrito oferece.

Portanto, observa-se a presença da multifuncionalidade no distrito analisado, mas pode-se dizer que alguns elementos não estão bem desenvolvidos para que o distrito possa ser considerado como tipicamente multifuncional. Não há o desenvolvimento expressivo do turismo rural e de variadas atividades de lazer, mas se reconhece sua plena capacidade e suas ações desempenhadas nas transformações da produção de origem agrícola, da agroindústria e de outras atividades não rurais que se desenvolvem no meio rural e nele convivem gerando renda e, assim, conservando as famílias e a própria agricultura familiar, tão peculiar ao sistema socioeconômico do Rio Grande do Sul e dos estados que definem o rural Sul brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos realizados considera-se que as relações entre o meio urbano e rural guardam em si complexidades próprias que se manifestam quando em correlação entre produção e mercado. As relações percebidas nas investigações realizadas deram conta sobre a existência de transformações que ocorreram em uma e outra destas espacialidades geográficas como resultantes das novas funções que ocorrem hoje nas pequenas propriedades coloniais do passado e no próprio mercado urbano que se abre para receber uma produção que é ofertada à população

utilizando espaços diferenciados, tanto do público quanto do privado.

As dinâmicas potencializadas pela produção e consumo têm gerado transformações nas relações da cidade de Santa Maria, no que se refere ao urbano e ao rural, dando a entender que além de sua aceleração elas apresentam alta complexidade devido à variedade e diversidade de produção. Deste modo, as múltiplas funções desempenhadas no distrito estudado permite reconhecer a existência da multifuncionalidade no meio rural.

A presença do processo de globalização inserida no urbano e no rural tem estimulado a chamada agricultura familiar a manter relações com as atividades urbanas servindo-as e usufruindo delas como mercado e, também, valorizando seus saberes explorando-os nas horas do ócio e, assim, atingindo não apenas mercados, mas propiciando também, aumento de renda. Contudo, estas relações com os processos da globalização do capitalismo mundial e da aproximação com o urbano tende a alterar no tempo e no espaço as formas do rural e permitir a presença marcante de atividades até então consideradas essencialmente urbanas.

Portanto, a validade deste estudo reside em poder registrar o momento de transformação de uma área rural colonial, hoje sob a ação de processos avançados do capitalismo mundial e que o amanhã é incerto e vai depender das ações que a sociedade ali residente pretende desenvolver para si e para sua espacialidade. Resta-nos questionar se a manutenção abastecimento alimentício advindo da agricultura familiar será garantido no futuro, uma vez que atividades não agrícolas estão ganhando espaço, há um déficit de mão de obra e a área de produção é bastante limitada.

DEVELOPMENT STRATEGIES AND INCOME GENERATION ADOPTED IN FAMILY PROPERTIES OF THE DISTRICT ARROIO GRANDE - SANTA MARIA (RS)

ABSTRACT

This research analyzes the transformations of agrarian sector of Santa Maria – RS, perspective of socioeconomic development, with the main objective of studying, evaluating and interpreting these transformations that represent the socio-spatial class called rural. These changes are focused on the optical properties of the multifunctional family of rural class. Even presenting difficulties as access, lack of health services, education, employment, salary and “discomfort” of life, expectations point to new roles that are important in the context of contemporary development to the rural class. To avoid the emptying of the countryside and the imminent collapse of the internal supply, the Brazilian government increased recovery policies and promotion of small properties of class, supporting multiple functions

and exploration of cultural knowledge in productive activities. We conclude that is ample the scope of agricultural and non-agricultural activities developed in the rural class and there are several functions.

Keywords: Familiar agriculture; Multifunctionality; Rural class; Familiar properties.

ESTRATEGIAS DE DESARROLLO Y GENERACIÓN DE RENTA ADOPTADAS EN GRANJAS FAMILIARES EN EL DISTRITO DE ARROIO GRANDE - SANTA MARIA (RS)

RESUMEN

Esta investigación examina los cambios en el sector agrícola de Santa Maria - RS, las perspectivas para el desarrollo socio-económico, con el objetivo principal de estudiar, evaluar e interpretar estas transformaciones que representan la categoría socio-espacial llamado entorno rural. Estos cambios se centran en la óptica de la multifuncionalidad de de las granjas familiares. Incluso con dificultades de acceso, falta de salud, la educación, el empleo, el salario y “molestias” de la vida, las expectativas de servicio que apunte a nuevos roles que son importantes en el contexto del desarrollo contemporáneo de las áreas rurales. Para evitar la elusión del campo y el inminente colapso de la oferta interna, el Estado brasileño aumentó las políticas de recuperación y promoción de las pequeñas explotaciones agrícolas en las zonas rurales, el apoyo a múltiples funciones y la exploración de los conocimientos culturales en las actividades productivas. Se concluye que existe un amplio alcance para las actividades agrícolas y no agrícolas en las zonas rurales que van deberes.

Palabras clave: Agricultura Familiar; Multifuncionalidad; Rural; Granjas Familiares.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. “Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo”. In: **Interrelações entre as transformações demográficas e a agenda social**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Aplicadas - IPEA, USP, 2000.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Marco Estevão. 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BELTRÃO, R. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho**. Santa Maria: Ed. Palotti, 1958.

BIANCHINI, V. Estratégias para o desenvolvimento rural. In: Silva, J. G; Von Der

Weid, J. M; Bianchini, V. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD. Série textos para discussão nº 02, 2001.

CANDIOTTO, L. Z. P; CORRÊA, W. K. **Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo**. IN: campo território: Revista de Geografia Agrária. v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CARNEIRO, M. J. et al. **Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: MUAD X. FAPERJ, 2012.

CARNEIRO, M. J; MALUF, R. **Para além da produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CAZELLA, A. A; ROUX, B. **Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional**. IN: Estudos Sociedade e Agricultura, n.º13, out., 1999.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Dados Estatísticos**. SEPLAG, 2010.

FERREIRA, A. D. D. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras**. IN: Estudos Sociedade e Agricultura, nº 18, abr. 2002.

HERVIEU, B. **Los campos del futuro**. Madrid: Ed. MAPA, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 de julho de 2013

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar**. v.1. Tradução: Tijiwa A. M. N. Campinas: editora da UNICAMP, 1993.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2a edição. São Paulo: EDUC, 1999.

MAYRING, P. **Einführung in die qualitative**. Weinheim: Beltz, 2002.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MOREIRA, R. J. **Identities sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 2ª ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social Introdução às suas Técnicas**. São Paulo, Ed. Nacional Ed. USP, 1968.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SABOURIN, E. **Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba**. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 16, p. 37-61, 2001.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Belo Horizonte: Nova economia, 1997.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

Silva, J. G. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: Silva, J. G; Von Der Weid, J. M; Bianchini, V. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD. Série textos para discussão nº 02, 2001.